



PODER PÚBLICO, COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, ENTIDADES DE CLASSE E AÇÕES DE COMBATE AO ÊXODO RURAL EM SÃO FRANCISCO DE PAULA-RS

Julie Linéia Hunsche¹

Bacharela em Administração – FACCAT

Marcos Paulo Dhein Griebeler²

Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional – FACCAT

Resumo: Este artigo analisou a interrelação entre poder público, cooperativismo de crédito e representações de classe no enfrentamento ao êxodo rural. Para tanto, escolheu-se como amostra o município de São Francisco de Paula, situado na região da Serra Gaúcha. A partir disso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca de temáticas envolvendo o êxodo rural e seus fundamentos para servir como base para o estudo e respaldar futuras análises. Foram então, entrevistados três sujeitos representantes das entidades já citadas por meio de um roteiro semiestruturado, configurando-se em uma pesquisa qualitativa. Com uma análise interpretativa das respostas obtidas, buscou-se verificar se os resultados condiziam com os preceitos da revisão bibliográfica. Como resultado prático, as atuais ações realizadas pelos agentes possuem relevância para a manutenção e permanência do jovem no meio rural. Ou seja, a interrelação entre estes atores sociais pode ser uma aliança estratégica no combate ao êxodo rural em São Francisco de Paula/RS.

Palavras-chave: Êxodo rural. Poder Público. Políticas Públicas. Cooperativismo.

INTRODUÇÃO

A reflexão acerca da efetividade dos incentivos sociais que buscam reverter o êxodo rural vem sendo objeto de estudos frequentes dentro do universo acadêmico. Desta forma, este estudo pretende realizar uma análise qualitativa sob a ótica de três diferentes atores socioeconômicos, tendo seu resultado explorado e documentado com suas devidas ênfases. É válido ressaltar que, dada a constância dos estudos realizados acerca do êxodo rural, não se trata de um tema novo, mas ainda se faz necessário o seu aprofundamento.

¹ Egressa e bacharela em Administração pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. E-mail: julie@sou.faccat.br

² Doutor (2013) e Mestre (2008) em Desenvolvimento Regional - PPGDR, pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Coordenador dos Cursos de Graduação na Área de Negócios e docente no Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat. E-mail: marcosdhein@faccat.br

Este estudo busca analisar a postura estratégica da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula-RS juntamente com a liderança das representações de classe do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no processo contrário ao êxodo rural, e de que maneira o Sicoob Maxicrédito participa deste processo de desenvolvimento regional através da concessão de crédito rural, tanto por linhas próprias como por repasses governamentais.

O assunto abordado se torna relevante, não somente para o poder público, para a classe sindical e para cooperativas de crédito, mas também para toda população, que se encontra diretamente dependente da produção rural como principal atividade econômica. Deste modo, através desta pesquisa, pretende-se identificar as ferramentas usadas e os resultados obtidos pelos três atores socioeconômicos, avaliando quais os impactos positivos e, também, o que deve ser aperfeiçoado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, exploram-se os conceitos que permeiam o desenvolvimento regional ligado ao setor agrícola e a influência do cooperativismo sobre o todo. Para isso, alguns autores são fundamentais ao abordar esse tema, como Abramovay (2000, 2019), Schneider e Hendges (2006), assim como outros autores necessários para ampliar os conhecimentos sobre a temática.

2.1 Êxodo rural e Políticas Públicas voltadas para o meio rural

Segundo Portela e Vesentini (2009), o êxodo rural se caracteriza como um processo de migração rural-urbana, causando o deslocamento da população do campo para as cidades, tendo como consequência a urbanização intensa. Portela e Vesentini (2009) apontam motivos que levam ao êxodo rural, conforme segue: a) A Influência da pressão demográfica: quando a parcela de terras herdada não é suficiente para prover o sustento de uma família; b) Pressões econômicas: quando grandes proprietários forçam pequenos agricultores a venderem suas terras; e, c) A ilusão de uma vida melhor nos grandes centros urbanos.

Em contrapartida, para Guimarães (2016), as políticas públicas são criadas pelo Estado em resposta às demandas que surgem da sociedade. Elas procuram dar ênfase às representações positivas sobre a vida e o trabalho, o que também não é diferente para os que vivem no campo. Ao mesmo tempo, visa destacar a diversidade dos meios de vida e de produção por meio de projetos para o desenvolvimento rural (ALMEIDA, 1997; LONG, 2001).

Delgado (1994) lembra que, durante a criação da Lei n.º 8.171, formou-se uma certa lacuna institucional por parte do Estado, que deixou de atender às demandas dos pequenos agricultores. Esta demanda foi suprida apenas na década de 1990, após a institucionalização do PRONAF. Em grande parte das regiões rurais pouco se avançou na elaboração e aplicação de projetos articulados, que não disponibilizem crédito apenas para atividades agropecuárias, mas que abranjam também os empreendimentos rurais em diversos setores da economia (CAZELLA; BÚRIGO, 2008; BONNAL; PIRAUX, 2009).

Cooperativas buscam implantar novos projetos com o objetivo de valorizar produtos primários, aumentando o valor agregado e fortalecendo a base produtiva das regiões onde estão alocados, gerando aumento de renda do associado, ação que o possibilita reinvestir em sua atividade produtiva. É nesse contexto que ocorre o desenvolvimento das regiões nas quais as cooperativas estão inseridas (OCEPAR, 2011). Outrossim, importante destacar que faz necessário correlacionar tais temas ao cooperativismo e alternativas para este meio como é o caso da economia solidária. Deste modo, tem-se a seguir tais itens brevemente expostos.

2.2 Cooperativismo e economia solidária

O movimento cooperativo moderno teve início na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, durante a segunda Revolução Industrial. Segundo Singer (2002), foi um processo decorrente da exploração extrema que as fábricas exerciam sobre os camponeses, o que trazia como consequência a limitação do trabalho, diminuindo a lucratividade das empresas.

Em dezembro de 1844, em Rochdale, Inglaterra, um grupo formado por 28 indivíduos, em sua maioria tecelões, buscando fugir das consequências da Revolução Industrial, decidiu unir esforços e criar um armazém de uso comum, despontando, assim, a primeira cooperativa de consumo. Tal iniciativa é hoje considerada o berço do cooperativismo moderno (SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

Schneider e Hendges (2006, p. 35) acrescentam que

Algumas décadas depois da fundação da Cooperativa Pioneira de Rochdale, em 1895, é criada em Paris, a Aliança Cooperativa Internacional, responsável por todo movimento cooperativo. Desde meados do século XIX foram realizadas tentativas para criar vínculo entre as entidades cooperativas de todo o mundo com o objetivo de intensificar o intercâmbio entre estas a nível doutrinal, educacional e técnico.

Os primeiros registros de cooperativismo brasileiro datam do final do século XIX, com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891 (São Paulo) e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em 1894 (Pernambuco). Apenas a partir de 1902 se tem relatos das Caixas Rurais do modelo Raiffeisen, no Rio Grande do Sul (OCB, 1996). Na Região Sul do Brasil, o cooperativismo foi um processo derivado da pluralidade de grupos étnicos que habitam a região, como alemães, italianos e indígenas (SILVA *et al.*, 2003), que teve início em 1902, com Theodor Amstadt. Nas primeiras três décadas de cooperativismo, os imigrantes tiveram um papel de destaque, pois, de acordo com Schneider (1998), tiveram a capacidade de desenvolver soluções para as questões do fundo.

No Brasil existem sete ramos de cooperativismo definidos pela Organização das Cooperativas Brasileiras OCB, são eles: Agropecuário; Crédito; Transporte; Trabalho, produção de bens e serviços; Saúde; Consumo; e Infraestrutura. E dentre os ramos existentes, as cooperativas de crédito se destacam, conforme dados do BACEN (2020), o Brasil conta com 847 cooperativas de crédito singulares, dentre elas 222 são independentes, ou seja, não vinculadas a cooperativas centrais. As demais 625 são filiadas a uma cooperativa central independente, ou a uma das 29 cooperativas centrais vinculadas a uma das quatro confederações de centrais existentes (SICCOOB, 2021).

A contextualização da atuação do cooperativismo se mostra como um fator essencial para compreender a sua importância para o desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, se faz necessário instrumentalizar isso por meio de procedimentos metodológicos, aqui com ênfase na situação de São Francisco de Paula/RS, sendo este o próximo item a ser exposto.

3. METODOLOGIA

O plano desenvolvido para realizar a pesquisa foi elaborado com o objetivo de obter o caminho que apresentasse uma melhor eficácia para a coleta de dados e no aproveitamento dos recursos. A pesquisa foi composta por duas etapas, sendo a primeira uma pesquisa documental, a qual teve por finalidade a identificação do perfil do jovem cooperado que vive no contexto rural, possibilitando, assim, uma análise mais profunda de suas motivações e pretensões. Na segunda etapa, aplicou-se um questionário semiestruturado contendo seis questões na modalidade aberta, designado a três sujeitos representantes das entidades tema desta pesquisa.

O universo da coleta de dados foi junto à Prefeitura Municipal, à liderança sindical da região e ao setor agro da Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de livre admissão de associados - Sicoob MaxiCrédito, atuantes em São Francisco de Paula-RS. O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), que elucida como e de que forma ocorrerá a pesquisa, trouxe informações e esclarecimentos que auxiliaram os envolvidos na tomada de decisão em participar ou não da pesquisa, assumindo, desta forma, responsabilidade diante do estudo e garantindo que os seus direitos sejam preservados com total sigilo e privacidade, não expondo, desta forma, as informações pessoais dos respondentes.

Após a coleta de dados, foi necessário realizar a análise e interpretação dos resultados obtidos. A análise dos dados tem como finalidade organizá-los de forma que permitam o fornecimento de respostas ao problema do trabalho (GIL, 2109). Nesse sentido, quanto ao método, esta pesquisa se configurou como um estudo de caso, que é utilizado em pesquisas que tem como objetivo “explorar situações da vida

real [...] descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (GIL, 2019, p. 58).

Deste modo, a pesquisa buscou compreender como o poder público, as representações de classes e o cooperativismo de crédito influenciam na diminuição do êxodo rural no município de São Francisco de Paula-RS, quais iniciativas são tomadas por ambos os setores e quais os resultados que podem ser notados. A pesquisa buscou analisar a efetividade dos programas e influências geradas perante o problema do êxodo rural, comparando as informações obtidas durante as entrevistas realizadas. Foi realizada a análise interpretativa nas respostas obtidas por meio do processo de entrevista. Portanto, foi analisado se as respostas condizem com os preceitos vistos em revisão bibliográfica apresentada no estudo.

Enquanto isso, a coleta de dados qualitativos foi realizada através da entrevista em profundidade com um gerente agro, o prefeito do município e um líder sindical. Segundo Branski, Franco e Lima Junior (2021, p. 1), esse método de estudo utiliza dados “[...] coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto”. Em seguida, quanto aos seus objetivos específicos, caracteriza-se como exploratória, que segundo Gil (2019), objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com o intuito de torná-lo mais explícito.

Quadro 1 – Descrição de métodos

OBJETIVO ESPECÍFICO	MÉTODO
Identificar o perfil do produtor que reside no município a ser pesquisado.	Pesquisa documental e pesquisa de campo.
Analisar as percepções dos atores sociais selecionados acerca do enfrentamento ao êxodo rural no local do estudo.	Entrevistas realizadas no mês de agosto/2022.
Oferecer e avaliar ações que intensifiquem a permanência do jovem no contexto rural de São Francisco de Paula-RS.	Pesquisa documental, pesquisa de campo e análise de dados coletados.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No que diz respeito à abordagem do problema, a pesquisa classificou-se como sendo de cunho qualitativo, pois de acordo com Souza (2018, p. 06) ele proporciona uma maior abrangência de compreensão das pesquisas. Em suma, a presente

pesquisa se caracterizou como um estudo de caso porque abordou uma situação real: a diminuição do êxodo rural perante o desenvolvimento de um município. E para tanto, dispôs de instrumentos de pesquisas que contribuíram com um panorama da realização de tal atividade.

Frente a isso, foram entrevistados os representantes das entidades citadas no tema deste estudo, durante o mês de agosto de 2022, totalizando três entrevistas. A partir delas, obtiveram-se alguns dados qualitativos acerca das ações realizadas pelas entidades. Para tanto, utilizou-se a análise interpretativa nas respostas obtidas por meio de entrevista com os sujeitos descritos. Deste modo, foi observado se as respostas condizem com os preceitos vistos na revisão bibliográfica apresentada no estudo. Isto é, se as atitudes dos sujeitos estão relacionadas as teorias existentes, o que é explanado na sequência.

4. PODER PÚBLICO, COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, ENTIDADES DE CLASSE E AÇÕES DE COMBATE AO ÊXODO RURAL EM SÃO FRANCISCO DE PAULAS

Nesta seção, apresentam-se os dados coletados por meio de entrevista com os sujeitos representantes do objeto de estudo do presente trabalho. Em um segundo momento, realizam-se as análises de resultados, relacionando-os aos processos já vistos. Antes, entretanto, faz-se necessário expor onde se deu o lócus da pesquisa. O município de São Francisco de Paula, possui uma população de 20.537 pessoas (CENSO 2010) e dista 120 Km da capital, Porto Alegre. O mapa a seguir mostra mais detalhada sua localização.



Fonte: IBGE Cidades, 2022.

4.1 Perfil do produtor rural

A seguir, tem-se a análise do universo de ação que a Cooperativa de Livre Admissão de Associados Sicoob Maxicrédito possui para aprofundamento e captação de cooperados. Antes disso, expõe-se brevemente a relevância do produtor rural no contexto contemporâneo nacional. Nesse sentido, para Santos *et al.* (2021), no Brasil, uma das principais atividades econômicas desenvolvida é a agropecuária, que é considerada um ramo cheio de oportunidades de desenvolvimento e investimento, por meio do plantio (agricultura) e da criação (pecuária). A pessoa que desenvolve atividades agropecuárias é designada como produtor rural.

Segundo delimitações do Conselho Monetário Nacional (CMN), o produtor rural é subdividido de acordo com o seu porte, sendo utilizado como balizador o RBA (Receita Bruta Agropecuária Anual), sendo pela ordem: a) Pequeno produtor - Até R\$360 mil por ano; b) Médio produtor - Superior a R\$360 mil até R\$1,6 milhão por ano e; Grande Produtor - superior a R\$1,6 milhão por ano. Para que o perfil do produtor rural fosse traçado, utilizaram-se os dados que constam no Censo agropecuário de 2017 realizado pelo IBGE, que teve como referência o ano safra que compreendeu o período de 01 de outubro de 2016 até 30 de setembro de 2017.

Tabela 1 – Perfil do produtor rural brasileiro

		Quantidade	Frequência
Gênero	Masculino	4 100 900	80,85%
	Feminino	945 490	18,64%
	Não se aplica	25 762	0,51%
Faixa etária	Menor que 35 anos	276 319	5,48%
	De 35 a 65 anos	3 040 403	60,25%
	Acima de 65 anos	1 729 653	34,28%
Escolaridade	Nunca frequentou a escola	783 925	15,45%
	Ensino Fundamental Completo	3 216 284	63,4%
	Ensino Médio Completo	758 521	14,95%
	Ensino Superior completo	314 954	6,2%
Raça ou cor	Branca	2 291 153	45,40%
	Preta	422 595	8,37%
	Amarela	33 463	0,66%
	Parda	2 242 993	44,45%
	Indígena	56 183	1,11%

Fonte: IBGE (2017).

De acordo com os dados obtidos pelo IBGE no Censo agropecuário de 2017, o Brasil possuía 5.072.152 produtores rurais, sendo 4.100.900 do gênero masculino, 945.490 do gênero feminino e 25.762 produtores não se identificam com nenhum dos gêneros citados.

Verifica-se maior representatividade do gênero masculino dentre os produtores rurais em relação ao sexo feminino e àquelas pessoas que não se identificam dentre as duas opções. Quando se tratou da idade dos produtores rurais, a pesquisa foi dividida em três faixas etárias, e visualiza-se que grande maioria dos produtores se encontram na segunda faixa etária, entre 35 e 65 anos. Em vista da delimitação da pesquisa, a seguir, expõe-se a tabela que demonstra o perfil do produtor no município em que o presente estudo foi aplicado.

Tabela 2 – Perfil do produtor Pessoa Física em São Francisco de Paula/RS

		Quantidade	Frequência
Gênero	Masculino	1 135	83,77%
	Feminino	182	13,43%
	Não se aplica	38	2,80%
Faixa etária	Menor que 35 anos	75	5,53%
	De 35 a 65 anos	776	57,28%
	Acima de 65 anos	504	37,19%
Escolaridade	Nunca frequentou a escola	36	2,66%
	Ensino Fundamental Completo	811	59,85%
	Ensino Médio Completo	270	19,93%
	Ensino Superior completo	200	14,76%
	Não se aplica	38	2,80%
Raça ou cor	Branca	1 212	89,44%
	Preta	13	0,96%
	Amarela	8	0,60%
	Parda	121	8,92%
	Indígena	1	0,08%

Fonte: IBGE (2017).

Ao serem analisadas de forma conjunta, ambas as tabelas apresentam dados semelhantes nos indicadores que remetem a gênero e faixa etária, fazendo com que o comportamento dos produtores rurais de São Francisco de Paula-RS reproduza a situação geral do Brasil, cuja pirâmide etária possuía a base larga no início do século XX, mas foi se estreitando com a acentuada diminuição da média de natalidade e o aumento da expectativa de vida do país, ganhando um contorno de “pera” (JARDINY, 2002).

De acordo com os dados apresentados, grande parte dos produtores rurais do país possui baixa escolaridade, porém é possível analisar que o município em questão foge a essa realidade, possuindo apenas 2,66% de indivíduos que não frequentaram a escola, percentual bem distante da média nacional, que chega a 15,45%. Para Bezerra Neto (2008), a questão educacional, sempre presente em debates políticos desde o século XIX, desperta um tema mobilizador: a educação para promover a volta ao campo. Os índices referentes ao ensino superior no município são satisfatórios, ultrapassando a média nacional.

Conforme análise comparativa dos dados disponibilizados pelo IBGE através do Censo Agro 2017, visualiza-se que o perfil geral do produtor rural do município de São Francisco de Paula-RS segue o padrão nacional em alguns pontos, como sendo

predominantemente masculino, e seguindo a faixa etária de maior concentração entre 35 e 65 anos. Todavia, diverge em pontos que merecem certo aprofundamento, como a escolaridade, que será um dos temas desenvolvidos na sequência do artigo.

4.2 Percepção dos atores sociais

No que se refere ao perfil do produtor rural, em seu sentido amplo, observa-se considerações semelhantes entre os entrevistados. Ao analisar as respostas dos agentes, contempla-se de uma forma geral a percepção perante os jovens como um perfil moderno e consciente de suas escolhas e ações. Nas palavras do entrevistado 1:

[...] eu acho (sic) que hoje (sic) o jovem é muito mais exigente em termos de com quem ele trabalha, tanto banco, como de onde ele compra, ou com quem ele se alia... O pessoal um pouco mais idoso não se preocupa tanto com isso, há anos atrás a gente também não se preocupava (Entrevistado 1, 2022).

O entrevistado 2 complementa a ideia apresentada, referindo-se ao comportamento financeiro percebido *“[...] hoje (sic) o jovem é mais aberto ao financiamento que o pai, eles querem financiar investimentos, enquanto os pais procuram o custeio, eles se preocupam mais em manter a produção enquanto o jovem quer ampliar...”*. Partindo disso, torna-se evidente o papel que a educação financeira exerce para o desenvolvimento da vida de todo e qualquer ser humano. Para Nesi (2021) uma educação de qualidade, enaltecendo os valores familiares e da propriedade no campo, é o primeiro passo para evitar o êxodo rural em virtude do empobrecimento do local.

Ao se ter como base o nível de escolaridade dos produtores rurais do município de São Francisco de Paula-RS, que atualmente (agosto 2022) é superior à média nacional, o entrevistado 3 comenta sobre os investimentos que o município realiza na educação de seus habitantes.

Outra ação que realizamos é lá em Lajeado Grande. Nós construímos uma escola nova com 100 salas, muito grande, que tem o objetivo de se tornar uma escola agrícola”. [E complementa] “No Rincão dos Kröeff, outra região aqui de São Francisco de Paula extremamente produtiva [...] eles têm uma escola em fase de construção que será uma escola modelo na questão da agricultura (Entrevistado 3, 2022).

O entrevistado 3 ainda afirma que existem diversos incentivos para a população se dedicar à educação rural, pois

“o material didático é o mesmo aqui do centro, tanto como os uniformes. Tudo é tratado de maneira igualitária. A questão do transporte nós auxiliamos bastante, pois existem algumas pessoas do centro que estão indo estudar em escolas agrícolas em Bom Pastor-RS. A gente incentiva o jovem a permanecer mais no campo assim” (Entrevistado 3, 2022).

O incentivo à educação por parte da iniciativa pública não deve se resumir apenas as séries escolares. Segundo Martins (2004),

O problema surge quando tal família vai ao mercado vender seu produto. Ela tem de aceitar o preço do mercado, logo o custo de produção na lavoura tem de ser menor do que o preço de venda. Ocorre que, no mundo globalizado, os preços são dados pelo mercado mundial e se eles são baixos é porque a tecnologia moderna permite que os custos de produção sejam baixos. Portanto, o camponês precisa assimilar a tecnologia moderna se quiser realizar vendas sem prejuízo (MARTINS, 2004, p. 18).

Dois dos três entrevistados citaram a “Casa do Empreendedor”, como um local para produtores rurais comercializarem seus produtos. Conforme o entrevistado 1 declarou:

A Casa do Empreendedor procura soluções para que os produtores possam prosperar, um exemplo que temos é o queijo, que até pouco tempo era vendido de forma mais “clandestina”, mais escondido. Hoje eles possuem o selo arte. Nós fomos o primeiro município a receber o selo arte, o que melhorou muito a fonte de renda dos envolvidos (Entrevistado 1, 2022).

O entrevistado 3 complementa, informando que:

“Temos também a questão da diminuição do uso de agrotóxicos, onde foi realizado um mapeamento por meio de uma parceria com a secretaria de meio ambiente onde foram disponibilizados treinamentos nas próprias propriedades de como cultivar algumas culturas sem o uso de agrotóxicos e pesticidas. Hoje (sic) eles estão podendo vender esse produto com preços mais elevados, por conta da qualidade superior do produto, ganhando muito mais dinheiro” (Entrevistado 3, 2022).

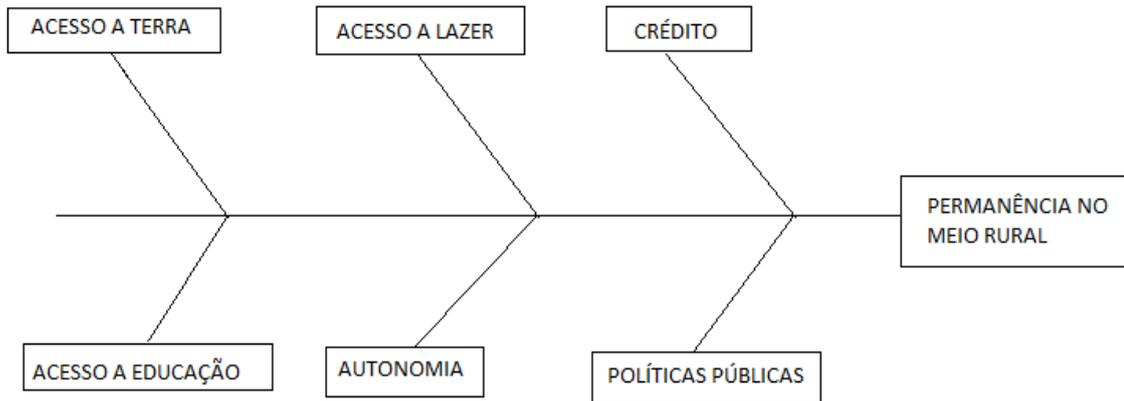
Ocorreram pequenas divergências entre as opiniões dos entrevistados 2 e 3 referentes ao desejo do jovem permanecer no meio rural. Enquanto o entrevistado 2 afirma que o jovem não se sente atraído a permanecer no meio rural, por conta de uma cultura existente, na qual o jovem viu o pai passar muito trabalho e não deseja isso para seu futuro, ou para seus filhos, já o entrevistado 3, contrapondo o exposto pelo entrevistado 2, comenta que *“Hoje (sic) eles [os jovens] estão percebendo que se eles ficarem no campo é melhor do que eles virem até a cidade, hoje (sic) aqui em São Francisco de Paula eu tenho a impressão que tem muito mais gente saindo da cidade”* (Entrevistado 3, 2022).

Deste modo, percebe-se que diversos itens podem ser elementos fomentadores para a discussão acerca da permanência dos jovens no campo. Por isso, uma vez exposta a visão comparada das respostas entre as entrevistas com os três agentes selecionados, segue-se para o último objetivo desta pesquisa.

4.3 Ações intensificadoras da permanência no meio rural

O acesso à terra, à educação e ao lazer, a autonomia que o jovem pode encontrar dentro da propriedade, o crédito e as políticas públicas de incentivo são fatores entendidos como necessários para a manutenção do jovem neste espaço. Ao mesmo tempo, faz-se importante destacar ainda o estímulo oferecido por parte de instituições para o fomento técnico com vista à expansão rural. Ou seja, estes são alguns aspectos que tendem a ser favoráveis ao sucesso perante o processo de sucessão na agricultura familiar (SPANVELLO; LAGO, 2006).

Figura 1 – Incentivos à permanência no meio rural em SFP/RS



Fonte: Adaptado de Spanavello e Lago (2007).

Para Spavanello e Brumer (2008) a perspectiva da continuidade da agricultura familiar depende de uma série de fatores que influenciam na permanência dos jovens no meio rural, fatores quais estão interligados e fazem referência às condições socioeconômicas da unidade familiar, como oportunidades de trabalho existentes na agricultura familiar e em atividades não agrícolas; acesso à educação; ao lazer; a participação e envolvimento em movimentos sociais; a autonomia; a possibilidade de herdar a propriedade; a percepção sobre o trabalho agrícola e o modo de vida no meio rural, ao acesso ao crédito e a políticas públicas de auxílio aos jovens e a perspectiva matrimonial.

Além dos fatores elencados acima, a pesquisa de Spanavello e Brumer (2008) constata que no quesito incentivo, encontra-se o apoio de organizações locais ou municipais de fomento técnico e de extensão rural, com destaque para as cooperativas agropecuárias, em razão de sua atuação tanto sob o ponto de vista econômico como social. A partir dos resultados encontrados, é possível analisar a importância das influências geradas sobre o público rural por meio de políticas públicas para os jovens deste âmbito.

Quadro 2 – Objetivos, método de análise e síntese dos resultados encontrados

OBJETIVO ESPECÍFICO	MÉTODO	RESULTADOS
Identificar o perfil do produtor que reside no município a ser pesquisado.	Pesquisa documental e pesquisa de campo.	Perfil do produtor rural predominantemente masculino, com escolaridade superior a média nacional.
Analisar as percepções dos atores sociais selecionados acerca do enfrentamento ao êxodo rural no local do estudo.	Entrevistas realizadas no mês de agosto/2022.	Comparações realizadas entre os atores demonstram visões semelhantes.
Oferecer e avaliar ações que intensifiquem a permanência do jovem no contexto rural de São Francisco de Paula-RS.	Pesquisa documental, pesquisa de campo e análise de dados coletados.	Conjunto de políticas públicas voltadas para o jovem rural de SFP/RS.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como se pode perceber, desafios existem e foram brevemente expostos neste estudo, destacando-se a predominância do gênero masculino no meio rural, o que por extensão, gera a tomada de decisão centrada no proprietário da unidade produtiva. Ao mesmo tempo, a participação dos entrevistados mostrou a proximidade das respostas quanto ao êxodo rural e a necessidade de melhorar as condições para a permanência do jovem neste espaço, o que perpassa, efetivamente, pelas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esta pesquisa, cujo objetivo principal era analisar a influência de três atores sociais perante o enfrentamento ao êxodo rural, pôde-se perceber que as estratégias utilizadas, principalmente as que envolvem o ambiente escolar, são imprescindíveis para a manutenção do meio rural. Neste trabalho, realizou-se um estudo de caso no município de São Francisco de Paula-RS, local no qual se observa uma considerável concentração de público envolvido nas atividades agrícolas.

Por meio de pesquisas bibliográficas e entrevistas realizadas com sujeitos pré-selecionados, foi possível perceber uma relação clara entre o fomento da atividade rural por meio de três atores sociais e a permanência do jovem produtor no campo. É possível dizer, então, após a realização das pesquisas propostas nesse estudo, e das

análises de resultado que, sim, as ações realizadas pelo poder público, pelas representações de classe e por uma cooperativa de crédito possuem influência perante a manutenção e permanência do jovem no meio rural.

Em suma, este estudo alcançou os objetivos propostos e ofereceu algumas ações direcionadas à manutenção e à permanência do jovem no meio rural de São Francisco de Paula/RS. Por fim, entende-se que é possível acrescentar mais fatores a serem analisados sobre os temas abordados em futuras pesquisas, principalmente acerca da relevância de políticas de planejamento para o bem-estar de todos, tendo-se por base o apoio das cooperativas para o desenvolvimento em suas regiões de atuação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **A insustentabilidade na agricultura familiar e o êxodo rural contemporâneo**. 2019.

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. 1999.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. *In*: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 33-55.

BEZERRA NETO, L. **Sem-terra Aprende e Ensina**: Estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais. 2008.

BONNAL, P.; PIRAUX, M. Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande, PB: o elo faltante da multifuncionalidade da agricultura familiar. *In*: CAZELLA, A. A. *et al.* (Orgs.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2009.

BRANSKI, Regina Meyer; FRANCO, Raul Arellano Caldeira; LIMA JÚNIOR, Orlando Fontes. **Metodologia de estudo de casos aplicada à logística**. 2021.

CAZELLA, A.; BÚRIGO, F. L. Sistemas de financiamento para projetos territoriais estratégicos de natureza multisetorial. Rio de Janeiro, **OPPA/CPDA/IICA**, Relatório de pesquisa, 2008.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio** – Mudanças Cíclicas e Meio Século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, Suelen Aparecida Duarte; COSTA, Márcia Helena Batista Côrrea da, GUIMARÃES, Sandra Meire. Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: aspectos conceituais. *Revista Acadêmica Conecta Fasf*: v. 1, n. 1 (2016).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. São Francisco de Paula. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-paula/pesquisa/24/27745>. Acesso em: 20 de set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

JARDINY, M. L. T. Evolução da população do Rio Grande do Sul. *In*: ACCURSO, J. S. (Coord.) **O Rio Grande do Sul e sua população**. Porto Alegre: FEE, 2002. p.57-88.

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. Colección Investigaciones. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2001.

MARTINS, José Pinto. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

NESI, Hugo Norberto. **Educação financeira para jovens do campo**. 2021.

OCEPAR. **O cooperativismo no Paraná e o sistema OCEPAR**. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O cooperativismo no Brasil**. Brasília: OCB, 1996.

PORTELA, Fernando; VESENTINI, José William. **Êxodo Rural e urbanização**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2009.

SANTOS, G. A. B. dos *et al.* **Perfil dos produtores rurais no Brasil**: uma análise comparativa entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. **Revista Científica Agropampa**, v. 1, n. 1, p. 66 - 85, 23 jul. 2021.

SCHNEIDER, José Odelson. **Regate de aspectos da história do cooperativismo**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1998.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, Margot. **Educação e capacitação cooperativa**: sua importância e aplicação. 2006.

SICOOB. **Relatório do Bacen aponta que apesar da pandemia cooperativismo de crédito cresce no país**. 14 jun. 2021.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. 2002.

SOUZA, Marcelo Pereira. Perspectiva quali-quantitativa no método de uma pesquisa. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**. 2018.

SPANVELLO, R. M.; LAGO, A. **As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar**. Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, Londrina, PR, Brasil, 45, 2006. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/6/1001. Acesso em: 20 set. 2022.

SPANVELLO, R. M.; BRUMER, A.; Jovens agricultores da Região Sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.